

ATA DA 386ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CEPRAM.

No dia 18 de março de 2016, às 08h30, no auditório da Companhia de Engenharia Rural do Estado da Bahia – CERB, Centro Administrativo da Bahia – CAB, Salvador, Bahia, realizou-se a trigésima octogésima sexta reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM. A conselheira e secretária Executiva Mariana Mascarenhas fez a abertura da sessão, justificou a ausência do secretário e presidente deste Conselho; apresentou a pauta de reunião: apreciação da ata da 385ª reunião ordinária de 27 de novembro de 2015; apresentação da proposta de resolução da ABEMA para alteração das resoluções CONAMA nº 01/1986 e 237/1997, que dispõe sobre os procedimentos de Licença Ambiental; apresentação pelo INEMA do relatório de acompanhamento do programa de fiscalização da Segurança das Barragens no Estado da Bahia; apresentação dos processos diligenciados e com pedidos de vistas; indicação de 03 representantes do segmento Sociedade Civil para compor a Comissão Permanente do CEEA – Cadastro Estadual das Entidades Sócio Ambientalistas. O que Ocorrer. Estiveram presentes os conselheiros: Marcia Cristina Telles de Araujo Lima - INEMA, Beatriz da Cruz Pita – SDE, Romeu de Figueiredo Temporal – SEPLAN, Letícia Coelho da Costa Nobre – SESAB, Célio Costa Pinto e Célia Cavalcanti – IBAMA, Luis Fernando Galvão de Almeida – SINDIBRITA, Sergio de Almeida Bastos – COFIC, Mariana Nogueira Lisboa Pereira – SINDIPACEL, Mariene Salatiel Oliveira – CETREL, Luiz Carlos Café da Silva – ACB, José Roberto Celestino – SINAENCO, Leonardo de Menezes Teles – FCDL, Marco Antonio Amigo – CREA-BA, Gilberto Lyrio Neto – Sindicato de Produtores Rurais de Coaraci, Alessandra Terezinha Chaves Coutrim Reis – AIBA, Wilson Andrade – ABAF, Evilasio da Silva Fraga – Sindicato dos Produtores Rurais de Ibicoara, João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ, Valdir Alves de Assis – CTB-BA, Josefa Rita da Silva e Rafaela Santana da Silva – FETAG, Miguel da Costa Accioly – UFBA, Melquiades Spinola de Oliveira – CEPEDES, Luiz Vitor Ernesto Marsala – IDEIA, Martin Mayr e Renato Paes da Cunha – ADES, Daniel Melo Barreto – GERMEN, Lucidalva Rodrigues de Souza Nogueira – PRISMA, Osvaldina Rocha dos Santos – Associação Flora Brasil. Após consultar a plenária sobre a ata de reunião anterior, não houve nenhuma manifestação contrária, Mariana Mascarenhas considerou aprovada. Passou a palavra a Márcia Telles diretora geral do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA para falar sobre a proposta de Resolução da ABEMA para alteração das Resoluções CONAMA nºs 01/1986 e 237/1997. Márcia Telles informou que essa proposta foi discutida no grupo de trabalho e a minuta com as devidas sugestões será disponibilizada para secretaria executiva deste Conselho, bem como será encaminhada a Câmara Técnica do CONAMA que disponibilizará um cronograma para fins de audiência pública. Em seguida passou a palavra a Mariana Vidal para apresentar alguns detalhes relativos a tramitação da minuta dessa Resolução no CONAMA. Mariana Vidal falou que o objetivo do grupo de trabalho instituído com a participação do poder público, sociedade civil e empresarial para trabalhar nessa proposta foi encontrar o que era consenso e dissenso, além das contribuições advindas da consulta pública promovidas pelo Ministério; foi deliberada a realização de consultas regionais; informou que após definido o calendário dessas consultas será encaminhado à secretaria

51 executiva desse Conselho juntamente com o texto à medida que for sendo
52 alterado e consolidado. Mariana Mascarenhas registrou que atendendo uma
53 solicitação desse Conselho na penúltima reunião ordinária, enviou aos
54 membros a proposta original sugerida pela ABEMA e ficou acordado que nesta
55 reunião seria dada ciência sobre o andamento dessa proposta, para efeito de
56 esclarecimentos. Renato Cunha disse que estava preocupado com uma série
57 de questões dessa proposta, dentre elas a Licença Ambiental por Adesão e
58 Compromisso – LAC principalmente por estar sendo colocada a uma instância
59 nacional, além do anexo Único. Falou também, sobre a proposta do Senador
60 Romero Jucá. Célio Pinto saudou a todos, ressaltou a presença de Dr. Paulo
61 Santiago Procurador da República de Barreiras representando o Ministério
62 Público Federal; pediu esclarecimentos sobre a motivação da ABEMA para
63 apresentar essa proposta, inclusive provocando o Conselho Nacional; destacou
64 a necessidade de fortalecimento do planejamento, zoneamento ecológico
65 econômico, avaliação ambiental estratégica, bem como os instrumentos
66 econômicos, a repartição da TSFA para os municípios ainda não resolvidos;
67 disse que considera o licenciamento um dos pontos mais frágil da gestão
68 ambiental. Comentou que será necessário debater muito a questão dessa
69 proposta de Resolução. A técnica Joana Nery representante da área de
70 licenciamento do INEMA registrou que existem questões cruciais a serem
71 resolvidas antes de qualquer trabalho mais profundo nessa proposta;
72 questionou o que estava se pensando em relação ao controle social e
73 ambiental; colocou que as audiências públicas estão cada vez mais escassas,
74 apesar de não ser o suficiente para o controle social, contudo, sem as quais vai
75 ficar praticamente inexistente, inclusive ferindo a Constituição; disse que
76 considerando a experiência no INEMA na área de fiscalização, a LAC trata-se
77 de uma modalidade que não funciona, assim como o INEMA outros órgãos não
78 têm condições para fiscalizar milhares de auto licenciamentos que são
79 concedidos por ano, quando ocorreu à fiscalização, 90% das licenças auto
80 declaratórias fiscalizadas apresentaram inconsistências, inclusive falsas
81 declarações, ferindo principalmente o princípio da precaução; além da LAC
82 nessa proposta, tem uma modalidade de registros que seria uma auto licença
83 sem nenhuma análise prévia; colocou a questão de algumas tipologias que
84 sempre foram licenciadas e nessa proposta passariam a não precisar de
85 licenciamento, a exemplo de linhas de transmissão, estações de tratamento de
86 esgoto, inclusive de resíduos perigosos que afetam a saúde, empreendimentos
87 para atividades de agricultura, assentamento, parcelamento do solo. Relatou
88 que recentemente o INEMA foi notificado pelo Ministério Público Federal para
89 passar a exigir, de imediato, licença para assentamento por identificar danos
90 ambientais. Mateus Almeida representante da SEMA na ASCRA falou da
91 importância de conhecer um pouco mais essa proposta de Resolução, ainda
92 que não seja de competência do CEPRAM mesmo que posterior a consulta
93 nula do MMA mas considerando a insuficiência de espaço para se discutir a
94 matéria; disse que o tema licenciamento ambiental tramitava nas esferas do
95 Poder Legislativo e Executivo, considerando o princípio da legalidade precisava
96 preservar algumas questões; relatou que boa parte da dinâmica dessa
97 proposta que está sendo desenvolvida estaria relacionada a Licença Ambiental
98 por Adesão e Compromisso que foi prevista no Estado da Bahia com a Edição
99 da Lei nº 12.377 tramitada na Assembléia Legislativa através do Projeto de Lei
100 nº 19.552e, já na sua origem não teve a tramitação adequada, ao pensar em

transplantar essa experiência do Estado para o nível Federal, nesse caso, era preciso ter segurança e responsabilidade com o que está se fazendo, pois as fragilidades são de grande conhecimento. Disse que o segmento da sociedade civil e do Ministério Público todos tiveram conhecimento das dificuldades colocadas no processo de mobilização, a ponto de o Ministério Público chegar a uma ação de inconstitucionalidade que foi a 5014 de 2013, que infelizmente encontrava-se parada no Congresso Nacional. Falou que o próprio Parecer da Procuradoria Geral do Estado - PGE apontava de forma reiterada a necessidade de amadurecer essa proposta para ser discutido de forma mais responsável, além da PGE, a Casa Civil colocou a necessidade de discutir mais essa proposta que apresentou a licença ambiental com dois incisos, se referindo para baixo, pequeno e médio impacto, mais as duas alíneas a e b apresentavam a hipótese de conhecer suficientemente a atividade ou conhecer suficientemente a área que vai ser implementada, mas isso foi colocado que o empreendimento não tem a consequência e a externalidade ambiental da mesma forma, seja na mata atlântica, no cerrado, enfim, nos diversos espaços. Então a proposta do governo formulada pela Casa Civil na época, era alterar a preposição "ou" e trazer uma preposição aditiva. No anteprojeto de Lei que tramitava no executivo não tinha a previsão da alínea c que era passar pelo CEPRAM. Destacou que o governo, na época, firmou uma série de compromissos dizendo que se houvesse um estudo, um documento, que pudesse estabelecer um ordenamento territorial poderia ampliar isso para conseguir uma maior segurança, inclusive foi mencionado em 2011 que com o ZEE talvez conseguisse encaminhar um projeto de lei e mudasse de "ou" para "e" no Estado. Durante a organização do III Seminário de Governança das Águas juntamente com a equipe da UFBA os técnicos foram unânimes em colocar as dificuldades, as fragilidades e a impossibilidades do ZEE figurar como instrumento de suporte e de orientador da política pública. Essa foi uma das questões que foram levantadas. Comentou que a proposta não era do corpo técnico da SEMA e sim da ABEMA que possui uma personalidade jurídica própria, considerando que a proposta do Estado era fortalecer e modernizar a fiscalização. Atualmente existe um diagnóstico seguro que possibilite a implementação da LAC, sabe-se quantas LAC foram concedidas. Informou que até agosto de 2015 foram concedidas 1.700 licenças ambientais por adesão e compromisso, desse total apenas 152 foram vistoriadas, dessas, 135 fiscalizadas e apresentaram fragilidades, desde estudos que não estavam contemplados, ausência de equipamentos, com isso o discurso fundamentador de implementação da LAC de fortalecer a fiscalização, seria inviável que 17 licenças satisfatórias autorizasse a vender esse discurso de que o instrumento era satisfatório a ponto de implementar a nível federal. Registrou que deixava claro, que essa proposta a ser caminhada com referência do Estado não gozava da participação e do apoio dos servidores do órgão executor, que se refere a um vóto solo do titular da pasta. Daniel Barreto fez leitura de uma carta aberta a toda sociedade baiana sobre os perigos da flexibilização do licenciamento ambiental produzida dentro do Conselho de Entidade Sócio Ambientalistas da Bahia – COESA; solicitou que o inteiro teor da carta conste em ata desta reunião: *"O Conselho de Entidade Sócio Ambientalistas da Bahia – COESA composto de 22 entidades sócio ambientais, vem perante toda sociedade baiana manifestar-se contrário e preocupado com a tentativa de flexibilização do licenciamento ambiental no Brasil. Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA hoje presidida pelo atual secretário do Meio Ambiente da Bahia Eugenio Spengler apresentou ao Conselho*

Nacional de Meio Ambiente – CONAMA uma proposta de alteração das Resoluções 01/86 e 242/87 que hoje são o alicerce do licenciamento ambiental brasileiro para tornar muito mais flexível, sobre o pretexto de que tais mudanças irão agilizar e desburocratizar os processos, mais na verdade tais preocupações criam a possibilidade de um auto licenciamento, ignoram fundamentações importantes e de forma distorcida, apresentam corte de etapas e simplificação generalizada do licenciamento de forma que análise ambientais ficariam reféns da celeridade em prejuízo da qualidade. Cabe destacar, ainda, que a proposta em referência dispensa indevidamente a atividade agrosilvopastoril do seu necessário licenciamento, essa fragilidade vem sendo amplamente contestada no âmbito dos Ministérios Público Estaduais e Federais. Dessa forma, nós do COESA alertamos a sociedade para o fato de que tais propostas evidenciam nas entrelinhas na desconstrução dos mecanismos e regramentos para emissão do licenciamento ambiental. Ora, no momento, que o mundo assiste horrorizado a tragédia de Mariana em Minas Gerais em que a lama da San Marcos, VHP e Vale, deixam rastros de destruição dos ecossistemas em três Estados. Temos sim, que questionar os mecanismos de concessão, fiscalização e monitoramento dos licenciamentos ambientais no país, e, também aqui no Estado da Bahia. Vemos estarrecidos os bastidores dessa ausência do poder público no monitoramento das atividades vinculadas ao licenciamento, as imagens do que se transformou o Rio Doce de Bento Rodrigues até a sua Foz do Espírito Santo deveríamos nos mobilizar para evitar que o interesse econômico e político tenha prevalência sobre o meio ambiente, a vida das pessoas e dos animais. Assim é imperativo que a sociedade civil tenha real participação nesse processo de discussão, não podemos aceitar nem patrocinar retrocessos. O Brasil dispõe de recursos naturais de riquezas inquestionáveis que devem ser protegidos por uma Legislação que impeça sua exploração a serviço de interesses políticos, econômicos, nacionais e internacionais. Bem sabemos que em todos os estados brasileiros os órgãos ambientais das três esferas de governo federal, estadual e o municipal padecem de orçamento, de pessoal e condições materiais para sua efetiva atuação. No caso específico da Bahia, por exemplo, o INEMA e a própria Secretaria do Meio Ambiente carece de uma reestruturação, principalmente nos escritórios regionais do INEMA. Cabe destacar que o órgão ambiental estadual não é capaz de gerir nem as Unidades de Conservação do Estado quicá possuem capacidade de licenciar, fiscalizar e monitorar os licenciamentos ambientais. Em nível municipal a situação ainda é pior, uma vez que o licenciamento ambiental muitas vezes serve de moeda de troca. Também, ressaltamos a ausência de monitoramento ambiental das outorgas do uso de água no Estado da Bahia seja terrestre ou subterrânea que são liberadas sem que o Estado saiba a real capacidade de seus rios aquíferos e lençóis freáticos, também é preciso acrescentar o despejo histórico sistemático pela EMBASA de esgoto imaturo nos rios baianos. É preciso corrigir essas e outras atrocidades. Por fim, vale destacar que nós do COESA nos alinhamos a posicionamentos de diversas entidades sócio ambientais espalhada pelo Brasil que também já se manifestaram contra esse processo encabeçado pela ABEMA. Dessa forma, exigimos que qualquer alteração de normas referentes ao licenciamento ambiental respeite a política nacional de meio ambiente e a instituição federal, bem como esteja comprometida com os princípios da precaução e da proibição do retrocesso ambiental, que as propostas normativas em tramitação, tanto no Congresso Nacional como no CONAMA considerem prioritariamente discutir com a efetiva participação da sociedade a realidade atual do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA frente à tarefa do licenciamento ambiental, incluindo temas cruciais como a capacitação de seus quadros, a estrutura operacional e a sua independência para o exercício do licenciamento com isonomia e transparência e também a participação social plena nesses processos. Que a discussão para o aprimoramento do licenciamento ambiental seja realizada com a ética, com respeito à Legislação vigente, com base científicas comprovadas e com a efetiva participação social. Salvador, 18 de março de 2016". Assinam essa carta: Associação do Desenvolvimento Solidário Sustentável – ADES, Assessoria em Gestão e Estudos Naturais e Desenvolvimento Urbano e Agroecologia- AGENDHA, Associação Cultural e Ecologia – ASCAE, Associação e Movimento Padre Jackson Ética, Justiça e Cidadania, Instituto Baleia Jubart, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia – CEPEDS, Flora Brasil, Floresta Viva, Fundação Padre José Kopmas – FUNPAJ, Grupo de Apoio a Cidadania Ambiental – GARCIAM, GAMBA, Grupo de Defesa e Promoção Sócio ambiental – GERMEN, Instituto de ação Ambiental da Bahia – IAMBA, Instituto de Defesa e

210 Estudo e integração ambiental – IDEIA, Instituto Bonfinense de Meio Ambiente
211 e Educação ambiental - IMBU, Instituto Ambiental de
212 Desenvolvimento Sustentável do Oeste da Bahia – BIOESTE, Instituto Búzios
213 Grupo Ecológico Humanista – PAPAMEL, Proteção e Revitalização Integral da
214 Serra de Montes Altos – PRISMA, Projeto Tamar, Viver da Mata, o Conselheiro
215 Miguel Accioly, Colônia de Pescadores Z-90, Rede Oeste da Bahia de
216 Educação Ambiental e a Carta também está aberta para quem mais, pessoa
217 física ou Instituição esteja presente e que queira assinar. Também está
218 disponível para acrescentar mais nomes. Mariana Mascarenhas esclareceu
219 que em novembro de 2015 foi disponibilizado a minuta dessa Resolução que a
220 ABEMA estava encaminhando ao CONAMA para análise dos membros deste
221 Conselho. Falou da importância do encaminhamento de outras propostas de
222 conselheiros para deliberação do CEPRAM. Considerou que o movimento feito
223 pela ABEMA era importante, e que a sociedade civil dentro do CONAMA faça o
224 mesmo, assim como dentro do CEPRAM, ASCRA ou qualquer outro órgão que
225 queiram encaminhar sugestões. Essa foi a primeira sugestão proposta pela
226 ABEMA sabendo-se que não compete ao CEPRAM fazer uma análise e sim
227 apresentar contribuições. A nova proposta que está sendo trabalhada no GT
228 será encaminhada para todos os membros e a SECEX receberá as sugestões
229 e após verificar, dará seguimento a esse diálogo dentro do Conselho. Marcia
230 Telles respondeu a Célio Pinto que, participando de forma sistemática das
231 reuniões da ABEMA conseguiu perceber que ao longo do tempo, uma vez que
232 a Resolução 01 é de 1986, existe um distanciamento com relação a evolução
233 que os Estados tiveram nos processos de licenciamento uma mudança gerada
234 de forma normal, assim como Resolução 237. Por se tratar de Resoluções
235 muito antigas, essa proposta nasceu de um consenso da possibilidade de se
236 trabalhar as duas Resoluções lembrando que é um documento a nível nacional
237 para atender e entender a especificidade dos Estados, não podendo ser um
238 documento muito abrangente, para que possa atingir o que se propõe. Houve
239 várias manifestações de dissenso e consenso, por conta de alguns Estados
240 que queriam adequar ao que já atuavam ou outros que já faziam daquela
241 forma. Esse documento encontra-se na posição de receber contribuições, e as
242 mesmas serão levadas para discussão numa câmara técnica do CONAMA.
243 Informou que algumas sugestões de alterações foram colocadas nessa
244 proposta identificadas no grupo de trabalho. O momento de discussão será
245 imprescindível. Mariana Vidal colocou que as considerações feitas por Célio
246 Pinto já foram incluídas nessa proposta. Ressaltou que a discussão sobre essa
247 proposta era antiga dentro da ABEMA. Lembrou que, em 2013 foi realizado um
248 seminário nacional com a participação de 26 estados e de especialistas, cujo
249 resultado foi à produção e publicação de um livro pela ABEMA à disposição. O
250 grupo de trabalho foi criado para construir essa minuta através de reuniões
251 regionais, conduzida pela ABEMA com a participação de órgão ambientais de
252 todos os Estados até ser apresentada no CONAMA em 2015. Com relação a
253 alguns pontos colocados pela técnica Joana quanto aos procedimentos
254 retirados não dava para discutir méritos nessa reunião por entender que a
255 minuta ainda não estava suficientemente concluída. A respeito das audiências
256 publica existe uma Resolução específica do CONAMA sobre o assunto,
257 algumas inserções no texto deverão ser aprofundadas no âmbito da Câmara
258 técnica da mesma forma que controle social. Com relação a lista de atividades
259 e empreendimentos, a própria ABEMA já tinha identificado antes do início da

260 discussão que algumas atividades não constavam da lista, por ser uma
261 proposta nacional será difícil identificar todas as atividades e
262 empreendimentos, porém muitas atividades ausentes foram incluídas. Rosalvo
263 de Oliveira Jr representante da SEMA registrou a importância de participar
264 desse debate, porque existe uma cláusula pétrea na Constituição o *caput* do
265 artigo 225 que diz: *“todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente*
266 *equilibrado competindo ao poder público e a coletividade a conservação*
267 *ambiental...”*. Propôs listar todos os fundamentos, estudos, levantamento,
268 dados, aprofundar experiências. Sugeriu colocar para discussão o processo de
269 judicialização dos conflitos; solicitou divulgar o livro capitalismo e colapso
270 ambiental produzido por um professor da UNICAMP. Por fim, sua terceira
271 intervenção seria três propostas: criar uma Comissão de Acompanhamento da
272 discussão da 001 e 237/86 formado por três segmentos indústrias, ONG e
273 agricultura e acompanhar as reuniões de grupo de trabalho em Brasília
274 inclusive da Comissão no plenário; realizar uma reunião específica
275 extraordinária do CEPRAM para debater item por item, com justificativa técnica
276 feita pela reunião anterior cada uma das medidas, construir uma moção desse
277 Conselho ao Ministério do Meio Ambiente – MMA solicitando que uma das
278 reuniões regionais ocorra em Salvador considerando a importância agrícola
279 que Estado da Bahia tem, por fim disse que enviará por e-mail o link sobre o
280 estudo que a NASA fez sobre o colapso do planeta. Sara Alves representante
281 do INEMA fez observação de que estava se discutindo o passado, pois a
282 minuta da proposta que foi recebida não era a mesma apresentada nessa
283 reunião; chamou a atenção com relação ao encaminhamento da proposta
284 enviada ao CONAMA que entendeu ser de origem do Estado da Bahia através
285 da Secretaria do Meio Ambiente. Pediu esclarecimentos. Comentou que mais
286 uma vez os servidores do INEMA não conseguem discutir os assuntos que são
287 de interesse do labor do servidor. Disse que no final de 2015, a ASCRA
288 proporcionou aos servidores do INEMA assistirem um vídeo conferência sobre
289 o seminário promovido pelo Ministério Público Federal realizado em Brasília
290 para discutir o licenciamento ambiental. Por essa razão, a associação solicita
291 que esse debate seja ampliado, fomentado dentro do órgão para que haja uma
292 qualificação, mas que também os dados e informações cheguem à sociedade
293 baiana, que os cidadãos tenham acesso considerando o acumula de
294 experiências de anos trabalhando com o licenciamento ambiental. Paulo
295 Santiago comentou que a alteração das resoluções requer que haja uma
296 proposta de alteração na Lei para fomentar em âmbito federal o tema
297 licenciamento ambiental por isso justifica a ampliação do debate para
298 enriquecimento. Pontuou que Ministério Público não pode transigir em
299 legalidade proteção a Constituição e ao meio ambiente. Disse que colocava
300 posicionamentos oficiais, inclusive do Procurador da República da Quarta
301 Câmara de Coordenação e Revisão e que o licenciamento ambiental tem como
302 objetivo proteção ao meio ambiente, é um instrumento de gestão do Estado
303 para garantir o desenvolvimento sócio ambientalmente responsável. Entendia
304 que a proposta encaminhada de alteração dessas resoluções tem como base a
305 necessidade de reduzir o descompasso decorrente do transcurso de tempo da
306 realidade. A regulamentação precisa está voltada para garantia do
307 desenvolvimento econômico do país, sobretudo qualquer retrocesso nos
308 instrumentos de licenciamento configura um retrocesso na gestão do estado.
309 Em virtude desse princípio, foram propostas diversas ações diretas de

310 constitucionalidade dentre as quais uma relacionada à Lei que instituiu a LAC
311 esse é um norte do qual não pode se distanciar. Com relação à informação
312 sobre os números de licenças através da LAC observando e pontuando a
313 apresentação de declarações falsas, é crime. O estado não pode incentivar
314 nem permitir condutas criminosas por parte de particulares. O Ministério
315 Público não pode transigir em termos da legalidade e aplicação da Lei sobre
316 esses fatos, mas deve pedir informações mais detalhada sobre essas
317 ocorrências, cabendo ao Ministério Público Estadual e Federal garantir que
318 haja, inclusive, percução criminal em relação às pessoas que tenham
319 prestado informações falsas dentro de processos administrativos para
320 obtenção de licença. Miguel Accioly falou que mais uma vez foi convidado para
321 uma apresentação cuja discussão desviava em cima de um documento sem
322 conhecimento. Disse que concordava com a sugestão de formar uma
323 Comissão de Acompanhamento, bem como o CEPRAM exigir reuniões
324 regionais do CONAMA na Bahia sem prejuízo de que possa realizar em
325 qualquer outro estado. Josemário Martins representante do INEMA falou sobre
326 a importância das audiências públicas por ser um espaço que garante a
327 manifestação do cidadão. A Resolução de 86 já dispõe dessa perspectiva de
328 ter o EIA/RIMA e da manifestação das comunidades. Mencionou a comparação
329 de um texto e outro, que diz no artigo 3º da Resolução nº 237 *"da licença
330 ambiental para empreendimentos e atividades considerados efetivos ou
331 potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente
332 dependerá de estudos de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto
333 sobre o meio ambiente, a qual dar-se-á publicidade garantida a realização de
334 audiências públicas"*. Na proposta de alteração, no artigo 11º, o licenciamento
335 ambiental de empreendimentos ou atividades afetiva ou potencialmente
336 poluidora e causadora de significativa degradação do meio ambiente, conforme
337 definido pelo ente federativo. O Conselho de Meio Ambiente no enquadramento
338 que trata o artigo 5º dessa resolução dependerá de estudo prévio de impacto
339 ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental EIA-RIMA. Disse que
340 nesse aspecto suprimiu as audiências públicas. Essas devem ser respeitadas,
341 principalmente os grandes empreendimentos que trazem impactos
342 significativos para populações. As audiências públicas devem ser aprimoradas,
343 a sociedade daquele território que pretende instalar o empreendimento deve
344 realizar uma nova audiência pública, pois tem empreendimentos que são
345 financiados com o recurso público. Mariana Mascarenhas argumentou que,
346 com relação a formar uma comissão de acompanhamento não há previsão
347 regimental nem como isso estaria no regimento do CONAMA, posteriormente,
348 se for possível, isso será resolvido. Quanto à moção sugeriu que, no final da
349 reunião alguém se responsabiliza pela elaboração do texto para deliberação do
350 Conselho. Com relação à pauta desta reunião, conforme pontuado por Sara
351 Alves na última reunião deste Conselho ocorrida em novembro, ao dar
352 conhecimento à plenária que estava sendo encaminhada ao CONAMA a
353 minuta de proposta de alteração das referidas Resoluções ficou acordado que
354 na reunião seguinte seria apresentado, para fins de um debate, cientificar sobre
355 o andamento da situação, para que o Conselho pudesse se mobilizar, verificar
356 de que forma seria tratado internamente e não esperar que no momento da
357 consulta fosse apresentado. Destacou que a convocatória da reunião é enviada
358 com 30 dias de antecedência, conforme regimento. A reunião do GT que
359 trabalhou essa proposta ocorreu em 11 de março. Ao apresentá-la a intenção

foi justamente ouvir o Conselho. O fato de o assunto ter sido discutido dentro do GT não significa que já estaria definido. É importante que os pontos sejam amadurecidos e retorne às discussões. Ressaltou que desde o envio desse documento até a presente data, nenhuma manifestação ou contribuição foi enviada a Secex, por conta disso não teria como enviar essa minuta com as alterações propostas pelo GT. No site do CONAMA tem todas as reuniões dos GTs com respectivos documentos, é importante que todos acessem e tomem ciência de como os trabalhos estão sendo conduzido. Lembrou que cada segmento tem seus representantes nesse espaço, com essas considerações não se faz necessário criar uma comissão. Contudo, será visto a forma para que esses Conselhos possam dialogar. Mariana Vidal se referiu ao questionamento sobre o ofício que encaminhou a proposta, de origem do governo do Estado da Bahia; explicou que, em cumprimento ao regimento do CONAMA as propostas de minutas devem ser apresentadas por representantes do CONAMA, tendo em vista que a ABEMA não tem assento nesse Conselho, por essa razão, foi apresentada pela Bahia além de ser representante no CONAMA ocupa a presidência da ABEMA. Também foi encaminhado ao Comitê de Acompanhamento do Meio Ambiente do CONAMA que faz o juízo de admissibilidade das minutas e propostas que são encaminhadas ao Conselho. Rosalvo de Oliveira esclareceu que não existe nenhuma ação que o CONAMA faça de forma fechada, se referindo a poder criar a Comissão de acompanhamento no GT. Mariana Mascarenhas lamentou que não pode concordar com esse encaminhamento, enquanto não consultar o CONAMA. Fez a leitura do texto da moção sugerida: *"O CEPRAM encaminha ao CONAMA sugestão que, uma das reuniões de consultas regional, com relação as alterações das resoluções, seja realizada em Salvador"*. Todos concordaram com o texto, a moção foi aprovada. Registrou que poderá ser convocada uma reunião extraordinária para discutir ponto a ponto dessa proposta. Esclareceu que não se trata de uma deliberação do CEPRAM e sim sugestões e aprofundamento. Sara Alves reforçou o convite para participação do III Seminário das Águas promovido pela Associação dos Servidores no dia 23 de março de 2016, no auditório da ALBA em parceria com a frente parlamentar, a ASCRA e o grupo ocupacional de regulação, com a participação social na gestão das águas. Mariana Mascarenhas informou que no Hotel Sol Bahia acontecerá à posse dos novos membros CONERH. Passou a palavra a Lucia de Fátima da diretoria de fiscalização do INEMA para falar sobre Barragens de rejeitos dos empreendimentos minerários e sobre as operações de fiscalização. Informou que os empreendimentos de mineração são licenciados pelo INEMA, alguns possuem barragens de rejeitos. A Legislação Ambiental 12.334 de 2010 que estabelece a política nacional de segurança de barragens regulamenta esses empreendimentos que acumulam água, rejeitos ou também resíduos industriais. Uma Barragem para que seja considerada como um empreendimento importante tem que ser cadastrada no órgão de controle do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e ser cadastrada na Política Nacional apresentando pelo menos uma das características elencadas de porte significativo: altura de no mínimo 15 metros, capacidade de reserva igual ou maior a três mil metros cúbicos de rejeitos, reservatórios que contenha resíduos perigosos e um dano potencial associado médio ou alto. O plano de segurança deve ser apresentado a cada ano pelo empreendedor, dessa forma é feita a classificação: baixo, médio ou alto risco.

410 Mostrou o mapa com imagens do território que aponta nove barragens
411 cadastradas pelo DNPM. Cabe a entidade outorgante de direitos minerários
412 para fins de exposição final ou temporária de rejeito, nesse caso, o DNPM
413 acompanhar todos os relatórios emitidos pela empresa e apresentar um plano
414 de ação e de risco. O papel do INEMA é verificar o cumprimento dos
415 condicionantes das licenças emitidas, mas também com atenção a questão da
416 segurança de barragens. Disse que a última operação ocorreu em dezembro
417 de 2015, o INEMA também verifica o cumprimento de condicionantes de
418 empreendimentos minerários, atividade realizada em parceria com o DNPM e
419 em parceria com a coordenação de gestão descentralizada, técnicos das
420 regionais e Diretoria de Fiscalização e Monitoramento, a Diretoria de
421 Regulação, com apoio de técnicos da Coordenação de Mineração. Evidenciou
422 que todas as barragens são licenciadas. Apresentou a relação dos
423 empreendimentos vistoriados. Durante as inspeções a esses empreendimentos
424 não foram identificados nenhuma situação que tipifique um quadro de risco
425 grave eminente, todas demonstraram condições satisfatórias. Essa avaliação
426 foi corroborada pela equipe de divisão de fiscalização do DNPM juntamente
427 com o INEMA no intuito de intensificar as ações conjuntas realizadas pelos dois
428 órgãos para verificação de atividades no Estado. Os relatórios das operações
429 realizadas em dezembro foram concluídos; foi realizado um curso ministrado
430 por técnicos do DNPM para todos os envolvidos nessa ação, objetivando
431 resultados melhores e condições para manter uma atividade de monitoramento
432 constante. Márcia Telles complementou que os relatórios estarão disponíveis
433 para posterior consulta. Após, abriu espaço para manifestação. Daniel Barreto
434 questionou que na lista constou 10 barragens, mas somente 9 foram
435 identificados. Perguntou se os técnicos do interior participaram do curso
436 mencionado. Sugeriu formar uma comissão com membros do Conselho para
437 visitar as Barragens a fim de verificar a real situação, se possível dialogar com
438 as populações do entorno, para saber o que aquela Barragem representa e ter
439 uma visão para se tomar algumas providências. Luiz Vitor questionou
440 informações sobre a situação dessas Barragens; reforçou o pedido do
441 conselheiro Daniel. Martin Mayr colocou uma manifestação, a pedido da
442 Comunidade Sítio Grande, Ribeirinho e Rio das Fêmeas. Disse que, acreditava
443 que as informações fossem estendidas para Usinas Elétricas. Registrou que
444 em 2010 foi implantado a PCH Bahia chamado Sítio Grande que inicialmente,
445 provocou um desastre ao ser barrado a água para o sistema de reservatório, a
446 empresa foi multada pelo IBAMA. Narrou que esta Usina apresenta problemas
447 quando determinada hora, as turbinas são desligadas e quando isso ocorre a
448 água que vai chegar a montante do leito para, ou seja, uma hora, seca
449 totalmente, outro hora, vem uma vazão muito forte, prejudicando as
450 Comunidades Ribeirinhas a jusante da Usina, depois os irrigantes mais
451 adiante, de um Projeto da CODEVASF praticamente tiveram suas atividades
452 inviabilizadas causando um impacto muito grande, houve uma forte
453 modificação dos processos sociais provocado por essa intervenção. Registrou
454 que esse conflito foi abraçado pelo Comitê do Rio Grande, depois houve um
455 levantamento técnico para identificar os problemas e soluções. A empresa
456 admitiu a situação, mas revelou que estava tocando o empreendimento da
457 forma que o INEMA licenciou e não evidenciava motivos que fizesse os
458 mesmos gastarem recursos para sanar o problema. Em 2014, a licença de
459 Operação se expirou, o Comitê juntamente com as comunidades se mobilizou

460 para pedir a não renovação dessa licença, enquanto não fosse sanado esse
461 problema, houve abaixo assinados, vários encaminhamentos ao INEMA e a
462 SEMA. No dia 10 de maio ocorreu uma reunião entre o secretário Spengler, os
463 Colegiados ambientais, as Bacias Hidrográficas, representantes da região e
464 principais órgãos ambientais. Na ocasião, foi dito pelo governo da Bahia que
465 não renovaria essa licença enquanto não fosse resolvido o problema de
466 oscilação da vazão, porém o empreendimento continua com a licença de
467 operação por quatro anos, com a condição de um prazo de dois anos sanar
468 esse problema sem especificar como. Questionou o procedimento e o
469 comportamento do governo contrário a determinação inicial averiguada
470 tecnicamente. Solicitou que o assunto das Barragens no âmbito das Usinas
471 Elétricas fizesse parte da problematização em pauta. Renato Cunha endossou
472 as falas dos conselheiros Daniel e Martin; registrou que tinha informações que
473 a empresa Mirabela no município de Itagiba foi desativada. Questionou se
474 havia algum tipo de acompanhamento e conhecimento do INEMA. Letícia
475 Nobre falou com relação a não existência de riscos graves e eminentes,
476 questionava quanto aos riscos médios, considerando um histórico da barragem
477 de pequenos acidentes, incidentes e ocorrências que são eventos sentinela
478 que podem sinalizar se há algum problema de segurança da gestão dessas
479 barragens ao longo do tempo, cotidianamente. Questionou se estaria previsto
480 na metodologia de acompanhamento e monitoramento, a obrigatoriedade, por
481 parte do Inema dessa gestão mais sistemática da segurança; sinalizou a
482 necessidade de uma proposta de desenvolvimento dos trabalhadores. Citou a
483 situação da empresa Vanádio sobre informações que ocorreu um acidente.
484 Qual impacto causado e a análise desse acidente. Considerava um assunto a
485 ser esclarecido. Solicitou informações sobre o acompanhamento da mina de
486 amianto em Santo Amaro, pois de vez em quando a SESAB investiga acidente
487 e incidentes de trabalho, envolvendo algum tipo de vazamento, considerando
488 que mesmo sendo de competência Federal do IBAMA encontra-se dentro do
489 Estado Bahia atingindo os municípios de Caetité, Lagoa Real e Livramento de
490 Nossa Senhora, inclusive com ação civil pública por conta das questões
491 ambientais as quais o Estado está respondendo. Mariana Mascarenhas sugeriu
492 encaminhar a proposta de criação de Comissão de acompanhamento para
493 Câmara Técnica de Políticas Públicas que discute a questão de normatização
494 para estudos dos relatórios, da política de segurança nacional de barragens e
495 tomar conhecimento o que dentro do rol das competências do CEPRAM e
496 CONERH pode ser proposto. Informou que foi criado um GT dentro do
497 CONERH para discutir a questão de segurança de barragens. Disse que foi
498 solicitada uma reunião conjunta de ambos os Colegiados para tratar desse
499 assunto, identificar qual o papel de cada um, para acompanhamento dessas
500 questões. Daniel Barreto contra argumentou com relação à sugestão de uma
501 visita local da Comissão para verificar possíveis danos as comunidades do
502 entorno que convivem com o problema. Mariana Mascarenhas esclareceu que
503 não se opunha às visitas, mas sim a não criação de uma Comissão, pelo fato
504 da existência de uma Câmara Técnica que pode funcionar com o mesmo
505 papel. Roberto Celestino concordou que o assunto seja tratado nessa Câmara
506 por oportunizar a participação de técnicos especialistas de Universidades que
507 possam abordar a matéria, devido a sua complexidade, inclusive aproveitando
508 para atualizar as normas de barragens. Lúcia de Fátima esclareceu que o
509 curso foi votado para técnicos da fiscalização da diretoria de regulação,

510 especificamente da coordenação de mineração com a participação do CREA-
511 BA, os técnicos do interior não foram convidados por questão do grande
512 número de inscrição e insuficiência de espaço físico. Informou que será
513 programada uma nova etapa, para ampliar essa participação. Com relação aos
514 condicionantes, são voltados principalmente para os impactos ambientais
515 causados pelo empreendimento com olhar para a questão social, para o
516 funcionamento dessas barragens. O INEMA verificou a situação, não
517 descartando que para um diagnóstico mais profundo se faz necessários
518 técnicos com formação mais específica. Segundo informações do DNPM na
519 Bahia só existe um técnico com formação específica de barragens, o órgão
520 trabalha em conjunto com técnicos de outros estados. Sobre a empresa
521 Vanádio ocorreu um vazamento, o INEMA foi informado de imediato, a
522 inspeção foi realizada e o relatório disponibilizado ao Ministério Público. A
523 questão da empresa INB trata-se de um empreendimento licenciado pelo
524 IBAMA, que tem a competência de acompanhar. O INEMA faz monitoramento
525 de alguns corpos hídricos, qualidade de água de poços situados no entorno.
526 Informou que o DNPM se colocou à disposição, para expor ao Conselho
527 questões técnicas sobre a segurança de barragem de rejeitos. Marcos
528 Machado esclareceu as informações quanto à quantidade de empreendimento
529 e de barragens: são nove empreendimentos de mineração que contém
530 barragens de rejeitos instalados no Estado da Bahia e licenciados pelo INEMA,
531 dentre esses nove empreendimentos tem barragens de rejeitos, ou seja, nos
532 municípios de Jacobina e Santa Luz possuem duas barragens. A relação de
533 barragens cadastradas no DNPM são 10, mais no final de 2015 foi incluída
534 mais uma barragem, então no total de 11 barragens, 9 empreendimentos de
535 mineração com barragens. Ressaltando a questão de segurança de barragens,
536 o INEMA como órgão ambiental tem responsabilidade com relação aos
537 impactos ambientais e a segurança de barragens direta com o meio ambiente,
538 caso contrário pode haver catástrofes, contudo a tecnicidade de segurança
539 física de barragens é competência do DNPM. Destacou que, a operação
540 realizada de segurança dessas barragens precisa de empréstimo de técnicos
541 especializados de outras superintendências. Márcia Telles esclareceu que o
542 assunto é basicamente sobre barragens de rejeitos e pertencem a
543 empreendimentos devidamente licenciados, a operação e instalação desses
544 empreendimentos passam por um processo de licenciamento, estudos
545 realizados por equipe competente multidisciplinar, todos impactos foram
546 analisados, as populações que estão na área de impacto direto, dentro do
547 estudo, cabe esta análise, tudo isso é verificado dentro de um processo regular
548 de licença, os empreendimentos estão funcionando sob uma portaria de
549 licença. Ressaltou que a responsabilidade de segurança de barragem é do
550 órgão federal. O INEMA quer estabelecer uma relação mais próxima, para que
551 possa desenvolver esse trabalho em conjunto. O condicionante da barragem foi
552 avaliado no mesmo processo pela equipe de fiscalização; ratificou a informação
553 que não foi identificado riscos iminentes. Disse que é obrigação legal do
554 empreendimento comunicar ao órgão ambiental do estado sobre qualquer
555 acidente ou incidente que ocorra dentro de sua área; as informações sobre o
556 acidente da empresa Vanádio foram solicitados pelo Comitê de Bacias e
557 encaminhados através da Secex cujo processo está à disposição. Com relação
558 à colocação sobre barragem de acumulação de água, especificamente a PCH
559 Sítio Grande, a equipe técnica tinha conhecimento do problema operativo, fez

560 uma análise detalhada, teve informações de que o técnico que fez a vistoria
561 realizou diversas reuniões e conversas com a comunidade da região. Deixou
562 claro que, caso os conselheiros queiram solicitar uma apresentação sobre esse
563 assunto em questão poderá ser feito. Joana Nery falou que teve acesso ao
564 processo de renovação da licença de Sítio Grande e a análise foi feita por um
565 biólogo que não teria condições sozinho de avaliar a parte social, considerando
566 o histórico de um conflito social muito grande. Fez uma autocrítica a equipe de
567 licenciamento do INEMA, que muitas vezes não consegue ter uma formação
568 técnica adequada, em sua opinião, esse processo não poderia ser concluído
569 sem um sociólogo envolvido ou algum profissional oficialmente competente
570 para analisar um conflito social. Célio Pinto esclareceu que essa questão da
571 mineração sobre a INB licenciada pelo IBAMA por conta do artigo 7º da LC 140
572 como gera material radioativo concentrado, a unidade de beneficiamento de
573 Caetité e esse material são acompanhados pelo CNEN-NE, o monitoramento é
574 contínuo com acompanhamento da equipe de Brasília. A empresa é obrigada a
575 informar os incidentes. A mesma foi multada nove vezes por conta de
576 acidentes, sendo a mais recente por falta de informações em laudos técnicos
577 obtidos da contaminação no entorno, monitorado pela SESAB e o INEMA. Em
578 relação à barragem de rejeitos é importante verificar o que ocorreu com a San
579 Marco considerando que eles contam com equipamentos modernos, mas a
580 falha estaria justamente na falta de simulados de emergência, é importante que
581 fique assegurado no licenciamento ambiental o plano de emergência individual
582 do empreendimento, que tenha um cronograma de acompanhamento com os
583 simulados para verificação de falhas, para que possa aperfeiçoar toda logística
584 de alerta e mobilização no caso de acidente. Por conta daquele acidente, o
585 IBAMA teve que multar a San Marco em cinco multas máximas, permitida pela
586 Lei de Crimes Ambientais no valor de duzentos e cinquenta milhões, mas
587 também a responsabilidade criminal conduzida pelo Ministério Público e a
588 responsabilidade civil de reparação do dano. Luiz Vitor ressaltou que diante
589 das informações repassadas sobre a renovação da licença do Sítio Grande
590 sugere uma apresentação sobre esse processo. Lucia de Fátima se reportou
591 as colocações de Joana Nery para informar que os relatórios que foram
592 concluídos, a partir dos condicionantes das barragens, estão no sistema
593 *Cerberus* para acesso e verificação do responsável pela elaboração. Os
594 técnicos foram escolhidos nas suas diversas formações. Quanto à renovação
595 da licença de Sítio Grande o biólogo Alex se dirigiu a barragem de São
596 Desidério local de instalação, com a ajuda da unidade de Barreiras que verifica
597 os condicionantes. Por fim Mariana Mascarenhas destacou os
598 encaminhamentos dessa discussão: uma apresentação do INEMA sobre o
599 processo de renovação da PCH Sítio grande; enviar por e-mail, aos
600 conselheiros, os relatórios concluídos sobre Barragens de Rejeitos; enviar
601 pauta da CTPPDS para discutir o assunto em questão no Conselho. Renato
602 Cunha informou que a entidade Gamba junto com a Universidade Federal da
603 Bahia fez um estudo para criação de um Mosaico de Unidade de Conservação
604 na região do Recôncavo Sul na Serra da Jibóia e será apresentado aos órgãos
605 ambientais, estaduais, federais e municipais. Pediu uma audiência, mais breve,
606 com a Sema para dar andamento a esse projeto. Propôs colocar em pauta da
607 próxima reunião do CEPRAM a apresentação desse trabalho. Melquiades
608 Spinola pediu para registrar a situação crítica no território Costa do
609 Descobrimento com a falta de chuva, aproveitando o momento do III Seminário

610 das Águas. Disse que ocorreram algumas reuniões, assembléias, seminários
611 promovidos pela Secretaria do Meio Ambiente e mais duas entidades visando à
612 mobilização para reunir propostas, construir uma carta a ser encaminhado ao
613 governador, secretário do Estado e possivelmente para Minas Gerais expondo
614 essa situação vivida no Extremo Sul. Em seguida, Mariana Mascarenhas
615 passou para o item referente à apreciação dos processos. O processo nº 2009-
616 035003/TEC/AIMU-0823 - Veracel Celulose, no valor de R\$ 30.000,00, Auto de
617 Infração de Multa, município de Belmonte por efetuar Intervenção em Área de
618 Preservação Permanente – APP de Curso D'água existentes no interior do
619 imóvel rural de sua propriedade, através do aproveitamento econômico da
620 referida área para fins de cultivo de eucalipto em substituição à vegetação
621 natural. Com pedido de anulação do Auto de Infração de Multa ou Redução da
622 Multa. Teve como relator o conselheiro Daniel e pedido de vista pelo
623 conselheiro Wilson Andrade que, após vistoria, em parecer técnico elaborado
624 em conjunto com o conselheiro Daniel, sugeriu a conversão da multa em
625 advertência. Após o julgamento, encerramento do processo e julgamento de
626 outros processos, o Colegiado foi alertado que uma multa gravíssima não
627 poderia ser convertida em advertência, decidiu-se na última reunião suspender
628 a decisão tomada, inicialmente, reencaminhar o processo ao conselheiro que
629 pediu vista para se discutir a forma de encaminhamento desse processo. O
630 conselheiro Wilson Andrade registrou que a colocação do INEMA foi feita bem
631 depois que o processo foi concluído e votado, crendo que fere o regulamento
632 do Conselho, além do mais o que poderia justificar uma questão de ordem. Foi
633 alegada pelo representante do INEMA que ocorreu infração gravíssima, nesse
634 sentido a votação foi cancelada. Disse que não concordava, caracterizando
635 que não houve falta gravíssima, conforme visita realizada e relatório
636 apresentado, registrando que as coordenadas do auto não equivalem às
637 coordenadas da propriedade da empresa autuada, nem com isso conseguiram
638 cancelar esse auto, por isso continua se discutindo a matéria. Colocou o devido
639 processo para apreciação, votação e decisão dos membros desse Conselho
640 com as informações que a visita foi feita no dia 14 de julho de 2015, juntamente
641 com o conselheiro Daniel Barreto. Mostrou imagens disponibilizadas pela
642 empresa do local, entre 2003 e 2008, da área utilizada sem supressão. O
643 núcleo da situação, onde era de fato, antropizada, existe uma poça d'água que
644 não se caracteriza como lagoa, essa área tem um processo de regeneração
645 natural, principalmente a montante da estrada, boa parte já se encontra em
646 estágio médio de recuperação. Não ocorreu a ocupação de área de
647 preservação permanente, não existe curso d'água, portanto nesse contexto
648 inexistiu gravidade de situação verificada. Diante do exposto era favorável a
649 não aplicação da multa, e o Parecer estava sendo alterado para atender o
650 solicitado em reunião anterior. Apesar de não constatar nenhuma infração
651 sugeriu o corte de três árvores quando da colheita, não fazer o plantio, indicar
652 que a área que falta ser recuperada, equivalente a um hectare seja recuperada
653 pela empresa. Daniel Barreto ratificou que visitou a área juntamente com o
654 conselheiro Wilson Andrade mais o representante da Veracel e comentou
655 sobre algumas questões identificadas citando que esse processo era de 2009 e
656 a discussão ainda ocorria em 2016, constatando que em nenhum momento foi
657 feito a recuperação da área, existindo apenas uma regeneração natural.
658 Perguntou ao conselheiro Wilson Andrade que, inicialmente havia sugerido a
659 conversão, mas não há essa possibilidade. Perguntou se no atual voto o

660 conselho sugeriu a redução em 50% do valor da multa e os outros 50% para
661 recuperação da área e se o projeto de recuperação já estava pronto? O
662 conselho Wilson Andrade voltou a abordar o assunto reiterando que a área a
663 ser recuperada era de aproximadamente um hectare. Ratificou que a poça
664 citada era formada eventualmente por chuvas, embora a quase 200 metros
665 haja algo que poderia ser considerado como pequeno córrego, especifica
666 nessa área existe uma distância de 30 metros que atende a Legislação
667 Ambiental. Melquiades Spinola falou sobre o acompanhamento do
668 monitoramento da monocultura do Extremo Sul. Afirmou que a área dos
669 primeiros plantios de eucalipto era uma lagoa, resultando no rebaixamento do
670 lençol freático, a inexistência de muitos córregos, nascentes e diminuiu
671 sensivelmente o volume hídrico; reiterou ao Conselho um relatório feito na
672 época do "IMA" em 2009, resultado de audiências públicas com a sociedade e
673 um amplo levantamento em campo, no qual existia uma diferença de
674 informações com relação a quantidade de hectares no plantio de eucalipto não
675 declarado; afirmou que esse documento poderá nortear a continuidade de um
676 trabalho de investigação para verificar a questão da divisão do uso do solo, da
677 capacidade dos municípios, os territórios com essa questão da monocultura do
678 eucalipto. Pediu para providenciar uma auto denúncia feita pela empresa
679 Veracel declarando que cometeu crime ambiental em algumas áreas de APP,
680 por isso questionava esse processo, sugerindo retirar de pauta para verificar se
681 essa área não seria uma das áreas da auto denúncia; pediria ao IBAMA que
682 apresentasse esse trabalho que motivou uma multa de quase dois milhões
683 aplicados a Veracel por conta dos crimes ambientais declarado pela própria
684 empresa; sugeriu que essa discussão deva começar pelo estudo e diagnóstico
685 do território, com objetivo de definir critérios da economia regional. Letícia
686 Nobre colocou a importância de discutir o diagnóstico regional, mas não era
687 excludente colocar em votação o parecer do conselho, contrário ao parecer
688 original da equipe do INEMA que inclusive teve um parecer favorável pela
689 manutenção da multa, conforme voto do conselho Daniel Barreto. O
690 conselho Wilson Andrade falou que em nome do setor florestal estaria
691 disponível a colaborar. Mariana Mascarenhas registrou que fará uma pesquisa
692 dos documentos solicitados pelo conselho Melquiades Spinola; levantar
693 dentro de INEMA outros processos que estão em análise. Márcia Telles falou
694 que, na época do levantamento, houve um excedente de área plantada e a
695 empresa foi autuada. O Sr. Humberto representante da Veracel informou que
696 em 2011, a empresa apresentou um relatório exclusivo detalhando qual era a
697 área responsável da Veracel. Com relação aos 35 mil hectares excedentes, era
698 plantio de fomento que o INEMA não licenciava. Por conta disso, não tinha
699 levantamento desses plantios, os demais era plantios licenciados e não
700 considerados excedentes, não houve autuação. Informou que a auto denúncia
701 foi encerrada com o parecer do IBAMA favorável à empresa. Márcia Telles
702 perguntou se seria para o INEMA apresentar todo levantamento de autos de
703 infração aplicados à Veracel entre 2008 e 2009 considerando que ao longo
704 desses anos, a empresa pode ter sido autuada por outros motivos não
705 vinculados. O conselho Wilson Andrade alertou sobre o que pode ferir o
706 regulamento do Cepram se referindo ao processo em pauta apreciado,
707 analisado e a ser submetido à nova votação. Mariana Mascarenhas esclareceu
708 que uma coisa era o processo em pauta desta reunião que tem um objeto,
709 outra coisa era uma situação colocada que carece de outros momentos para

discutir e refletir uma política como todo. Após esclarecimentos, a votação foi feita: nove conselheiros foram favoráveis a manutenção do processo em pauta e oito contrários a manutenção do processo em pauta; em seguida colocou em votação o voto do conselheiro relator inicial pela manutenção da penalidade: oito conselheiros foram favoráveis pela nulidade da multa e recuperação da área em questão; oito conselheiros foram favoráveis pela manutenção da penalidade. Por questão de ordem Márcia Telles, Diretora Geral do Inema, na condição de presidente registrou que informações da coordenação técnica dizem que se trata de uma área de APP, inclusive a avaliação da defesa foi feita pela equipe técnica e corrobora com a identificação da área. Como de fato houve a infração, manifestou favorável à manutenção da penalidade. Mariana Mascarenhas declarou que, considerando o voto de desempate, a multa foi mantida. Passou para apreciação do processo nº 2012-018742/TEC/ERPM-0001, Diruc/Inema, ERPM - Elaboração do Plano de Manejo APA Serra Branca/Raso da Catarina, com pedido de aprovação do Plano de Manejo, diligenciado na reunião 379ª pelos conselheiros Luis Galvão, Luiz Vitor e Miguel Accioly. Realizou-se uma visita de campo com a equipe da DIRUC/INEMA para conversar com o Conselho Gestor e as comunidades, para elaboração de pareceres que não foram deliberados, sugeriu-se a formação de um grupo de trabalho para adequar e atender à solicitação de diligencia feita por cada um dos conselheiros; o GT se reuniu por três vezes, foram feitas as adequações solicitadas por todos os conselheiros na época, feito alinhamento. Passou a palavra a Ana Carla que acompanhou junto aos conselheiros o processo de diligencia e nesse momento se faz necessária a decisão desse Colegiado com relação à matéria. Ana Carla ratificou que após a diligencia foi formado o GT composto pelos conselheiros e técnicos do INEMA e a coordenação de planejamento da diretoria de unidade de conservação começou a dialogar a partir daí e de uma nota técnica nº 04 emitida pela Coordenação de Planos de Manejo – COPLAN, em resposta a essa diligencia alguns acordos foram feitos, para aprimorar algumas questões colocadas na diligencia, e sanadas no próprio GT. O objetivo geral foi identificar os usos das comunidades tradicionais e possíveis divergências com as normativas propostas no zoneamento do plano de manejo, bem como a inclusão de um mapa das comunidades tradicionais representando a localização dessas comunidades e a forma de uso do território, esclarecendo que o Termo de Referência inicial não exigia a elaboração desse mapa e foi elaborado com os técnicos do próprio Inema. Fizeram questão de sanar todas as dúvidas colocadas pelas comunidades. Destacou que se tratava de uma APA composta por muitas áreas de fundo de pastos e de uso comum. A diligencia buscou cuidar de alguns aspectos importantes, relacionados às questões socioambientais, havia um processo histórico de expulsão das comunidades, por apropriação indevida de terras, por parte de um grande latifundiário na região, no entanto cabe ao INEMA na sua gestão estreitar os laços com o INCRA, e o CDA. Isso vem se fazendo, mas com ausência do gestor complica um pouco. As preocupações foram pertinentes e acatadas pelo INEMA disse que fica claro que a responsabilidade não era só do INEMA existe outros atores do poder público que precisam participar do processo de gestão dessa Unidade. Registrou que há uma preocupação muito grande das comunidades com a questão do Rio Vaza Barris em função da baixa oferta de água e a implantação de um complexo irrigado na época fomentado pelo DNOCS sob

760 um processo muito arcaico e o INEMA considera que é um processo que
761 precisa ser revisto. Havia inconsistência dos empreendimentos, as mudanças
762 já foram inseridas e adaptadas ao contexto da nova legislação ambiental. Foi
763 discutido no GT as normativas propostas, ratificaram as informações
764 apresentadas no plano de manejo, o principal uso foi a pecuária e agricultura
765 familiar nas proximidades do rio ao leito do Rio Vaza Barris. Nos dois mapas
766 identifica-se o Rio Vaza Barris e a Estação Ecológica do Raso da Catarina.
767 Destacou que a diligência do CEPRAM qualifica o debate. Fez uma observação
768 com relação à demora da aprovação dos processos e também chamou a
769 atenção para o retorno do funcionamento da Câmara Técnica de
770 Biodiversidade- CTBIO, para discutir a metodologia de plano de manejo,
771 espera que isso seja aprimorado para evitar que processos cheguem ao
772 CEPRAM sem um alinhamento. Luiz Vitor colocou que o Rio Vaza Barris
773 deixou de ser perene e há uma grande extensão plantada com coentro para
774 semente que implica num consumo de defensivos, além do esgoto lançado
775 pelas cidades próximas precisa de uma atenção especial do INEMA com
776 relação a essa situação. Outra situação, a construção da BR 365, havia um
777 pessoal da Universidade de Viçosa que diziam estarem produzindo algo de 350
778 a 500 produtos relacionados à questão ambiental, em função da implantação
779 da estrada. Comentou que, esses estudos devem ser de muito interesse para o
780 estado, na ocasião pediu que fosse disponibilizado para conhecimento. Sugeriu
781 que o INEMA cobre esse estudo. Pediu que se convocasse a CTBIO. Luis
782 Galvão informou que o pessoal da Universidade de Viçosa foi contratado pelo
783 DNIT e fazem parte de um estudo de impacto ambiental da estrada. Passou a
784 apresentar seu voto que constou o conhecimento da área, a reunião do
785 Conselho Gestor, a visita aos quilombos de baixa Lagoa Olho d'água e
786 Quelles, apreciação do diagnóstico socioambiental, do zoneamento ecológico
787 econômico, os problemas a serem solucionados, confrontos e soluções. Por fim
788 o seu voto foi pela não aprovação do atual plano de manejo devido às
789 imperfeições e inconformidades constatadas nos estudos apresentados,
790 submetido nesta oportunidade a essa plenária e avaliação dos demais
791 conselheiros. Mariana Mascarenhas ressaltou que esse era um voto de um dos
792 conselheiros que diligenciou a matéria. Os conselheiros Luiz Vitor e Miguel
793 Accioly votaram pela aprovação do plano, sugerindo futuras ações para efeito
794 de aprimoramento desse plano. O conselheiro Luiz Vitor solicitou ao INEMA
795 que designe um Gestor da APA e da região. Colocou em votação a aprovação
796 do plano de manejo: nove conselheiros favoráveis e sete contrários.
797 Alessandra Coutrin questionou se as inconsistências levantadas pelo
798 conselheiro Galvão foram encaminhadas ao INEMA. Ana Carla respondeu que
799 esse processo contou com a participação de oito técnicos e membros do
800 Conselho que qualificaram o debate. Essa interpretação é do conselheiro Luís
801 Galvão desde o início das discussões do processo e o mesmo acompanhou
802 todas as etapas de atividades relacionadas a esse processo. O plano de
803 manejo foi revisto em parte, e continua, também foi informado a CTBIO que o
804 INEMA herdou contratos anteriores e esse processo foi via Projeto Mata
805 Branca do Banco Mundial, sem possibilidade de acrescentar novas solicitações
806 a empresa. Toda parte que houve necessidade de complementação, o próprio
807 INEMA fez com os seus técnicos. Luis Galvão comentou que a mesma
808 empresa que executou esse plano, executou também o plano da APA Joanes
809 Ipitanga e ao fazer a apresentação foi ridicularizada na frente do gestor da APA

que levou o assunto ao conhecimento da diretoria do órgão e o INEMA que cancelou o contrato por incompetência. Afirmou que os conselheiros acabaram de aprovar um trabalho infantil de um plano de manejo que é um instrumento de planejamento com todas as imperfeições, embora uma classificação que é permitida e proibida. Mariana Mascarenhas passou para apreciação do processo com pedido de vistas pelos conselheiros Mário Pithon e Evilásio Fraga. Processo nº 2008-004917/TEC/AIMU-0283, THOMAZ HEMETERIO MONTE, Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 3.000,00, por fazer uso econômico das áreas de Preservação Permanente – APP do imóvel Foz Rosa Maria, para cultivo de pastagens e pastoreio de gado e eqüinos, dificultando ou impedindo a regeneração das espécies nativas ali existentes, Município de Prado. Do pedido: anulação do Auto de Infração de Multa ou redução do valor da Multa, conselheiro relator Guilherme de Castro – SEAGRI, considerando que nenhum dos conselheiros apresentou o voto e de acordo ao regimento, colocou em votação o voto do relator Guilherme pela manutenção da penalidade. Todos concordaram com a decisão. Passou a apreciação dos processos sob rito sumário, analisados na 11ª reunião de Câmara Técnica Recursal no dia 13 de novembro de 2015: Processo nº 2006-004483/TEC/AIAD-0257, interessado: EMBASA, Auto de Infração de Advertência, pelo descarte inadequado de águas residuárias e armazenamento impróprio de produtos químicos na ETA – Jeremoabo e armazenar produtos químicos de forma inadequados; assim como, provocar assoreamento junto ao barramento para captação de água no rio vermelho sem outorga da SRH. Do pedido: anulação do Auto de Infração de Advertência, Município de Jeremoabo, conselheiro relator Daniel Barreto – GERMEN. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade. Processo nº 2008-020246/TEC/AIMU-1174, interessado: EMBASA, Auto de Infração de Multa, no valor de R\$ 150.000,01 pelo lançamento de esgoto sem tratamento em corpo hídrico, ocasionando poluição ambiental e mortandade de peixes, Município de Ubaíra. Do pedido: anulação do Auto de Infração de Multa ou Conversão da Multa, conselheiro relator Leila Oliveira – FAE. A Câmara Técnica Recursal decidiu manter a penalidade com celebração de termo de compromisso, sem redução da penalidade, e com direcionamento das ações de preservação na bacia hidrográfica do rio jequiriçá. Processo nº 2010-002453/TEC/AIMU-0094. Interessado: FROYLAN ENGENHARIA PROJETOS E COMERCIO LTDA. Auto de Infração de Multa, no valor de R\$ 50.000,00, por realizar extração de rocha sem licença ambiental e desmatamento. Município de Jeremoabo. Do pedido: nulidade do Auto de Infração de Multa ou Conversão com Prestação de Serviços Ambientais, conselheiro relator Agnaldo Monteiro – FEBASE. A Câmara Técnica decidiu manter a penalidade. Processo nº 2008-006686/TEC/AIAD-0334. Interessado: CREUZA FERREIRA DA SILVA, Auto de Infração de Advertência, por exercer atividade em imóvel rural com infringência de preceitos estabelecidos pela legislação de controle ambiental, ausência de Reserva Legal averbada e ocupação de APP. Município de Teixeira de Freitas. Do pedido: nulidade do Auto de Infração de Advertência, conselheiro relator Lucidalva Rodrigues – Prisma. A Câmara Técnica decidiu manter a penalidade. Processo nº 2009-013256/TEC/AIMU-0209. Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA, Auto de Infração de Multa, no valor de R\$ 10.000,00, pela disposição inadequada de resíduo sólido urbano, em desconformidade com a legislação. Município de Nova Viçosa. Do pedido:

860 nulidade do Auto de Infração de Multa, conselheiro relator Débora Coelho –
861 SDE. A Câmara Técnica decidiu manter a penalidade. Processo nº 2006-
862 004485/TEC/AIAD-0259. Interessado: EMBASA S/A, Auto de Infração de
863 Advertência, pelo vazamento dos filtros de pressão e registros, com descarte
864 das águas residuárias diretamente no rio; bem como o armazenamento
865 inadequado de materiais diversos juntamente com produtos químicos na ETA
866 de quixaba. Município de Glória. Do pedido: nulidade do Auto de Infração de
867 Advertência, conselheiro relator Daniel Barreto – Germen, A Câmara Técnica
868 decidiu manter a penalidade. Processo nº 2008-010202/TEC/AIAD-0679.
869 Interessado: EMBASA S/A, Auto de Infração de Advertência, pela emissão de
870 forte odor (perceptível fora dos limites da propriedade) ocasionado por
871 problemas operacionais na EE localizado na Av. César Borges, em Jequié - BA
872 e Ausência de Licença Ambiental no ato da fiscalização. Município de Jequié.
873 Do pedido: nulidade do Auto de Infração de Advertência, conselheiro relator
874 Mariana Vidal – SEMA. A Câmara Técnica decidiu manter a penalidade.
875 Processo nº 2010-09566/TEC/AIMU-0300, HOSPITAL COUTO MAIA/ SESAB,
876 Auto de Infração de Multa Advertência, no valor de R\$ 500,00, pelo fato do
877 empreendimento de atendimento médico hospitalar está operando sem a
878 necessária Licença Ambiental, Município de Salvador. Do pedido: nulidade do
879 Auto de Infração de Multa, conselheiro relator: Leila Oliveira – Sind. Rural de
880 Camacan. A Câmara Técnica decidiu pela conversão da Multa em Advertência.
881 Processo nº 2008-013834/TEC/AIAP-0111, RAIMUNDO PINHEIRO GALVÃO,
882 Auto de Infração de Apreensão, por transportar 100 (cem) estacas da espécie
883 gancaeiro, pertencente a vegetação nativa da região, sem portar o documento
884 de origem florestal - DOF e nota fiscal, Município de Campo Alegre de Lourdes.
885 Do pedido: nulidade do Auto de Infração de Apreensão, conselheiro relator
886 Mariana Vidal – SEMA. A Câmara Técnica decidiu por manter a penalidade.
887 Processo nº 2008-04754/TEC/AIAD-0211, EMBASA S/A, Auto de Infração de
888 Advertência, pela ausência de esgotamento Sanitário e lançamento de esgoto
889 a céu no bairro Mutirão do Curral novo no município de Jequié-BA. Município
890 de Jequié. Do pedido: nulidade do Auto de Infração de Advertência, conselheiro
891 relator Daniel Barreto – Germen. Processo nº 2010-010591/TEC/AIAD-0125,
892 CAPITANIA DOS PORTOS DA BAHIA, Auto de Infração de Advertência, por
893 não cumprimento da NOT-2006-005589/TEC/NOT-1603, sobre a recuperação
894 das Embarcações denominadas Maria Betânia e Juracy Magalhães Jr.
895 Município de Salvador. Do pedido: nulidade do Auto de Infração de
896 Advertência, conselheiro relator Lucidalva Rodrigues – Prisma. A Câmara
897 Técnica decidiu manter a penalidade. Foram indicados para compor a
898 Comissão Permanente do CEEA – Cadastro Estadual das Entidades Sócio
899 Ambientais pela sociedade civil: Renato Cunha, Luiz Vitor e Daniel Melo
900 Barreto. Mariana Mascarenhas informou que o processo da Ponta dos
901 Castellanos já se encontra disponível na Secretaria Executiva para consulta e
902 análise de todos os membros deste Conselho. Luiz Vitor propôs criar um grupo
903 de trabalho composto por dois representantes de cada segmento para avançar
904 na análise do referido processo Ponta dos Castellanos. Mariana Mascarenhas
905 disse não haver necessidade de criar esse grupo, pois o processo ficará
906 disponível a cada um dos membros deste Conselho. Informou que vai enviar
907 por e-mail uma demanda da empresa KNALF DO BRASIL no município de
908 Camamu, com projeto de mineração, que dispõe de uma condicionante
909 imposta pelo Inema: “constituir uma Comissão de Acompanhamento do

910 empreendimento composta por representantes da sociedade civil dos
911 municípios envolvidos devendo o CEPRAM e o gestor da APA serem
912 convidados a participar”. Nada mais a tratar, a reunião foi encerrada, Mariana
913 Mascarenhas agradeceu a presença de todos.
914 **Presidente em exercício:** Marcia Cristina Telles - INEMA
915 **Secretaria Executiva:** Mariana Mascarenhas
916 **Membros:**
917 Alessandra Terezinha Reis – AIBA
918 Beatriz da Cruz Pita – SDE
919 Célio Costa Pinto e Célia Cavalcanti – IBAMA
920 Daniel Melo Barreto – GERMEN
921 Evilasio da Silva Fraga – Sind. dos Prod. Rurais de Ibicoara
922 Giberto Lyrio Neto – Sind.de Prod. Rurais de Coaraci
923 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ
924 José Roberto Celestino – SINAENCO
925 Josefa Rita da Silva - FETAG
926 Leonardo de Menezes Teles – FCDL
927 Letícia Coelho da Costa Nobre – SESAB
928 Lucidalva Rodrigues de Souza Nogueira – PRISMA
929 Luis Fernando Galvão de Almeida – SINDIBRITA
930 Luiz Carlos Café da Silva – ACB
931 Luiz Vitor Ernesto Marsala – IDEIA
932 Marco Antonio Amigo – CREA-BA
933 Mariana Nogueira Lisboa Pereira – SINDIPACEL
934 Mariene Salatiel Oliveira – CETREL
935 Martin Mayr – ADES
936 Melquiades Spinola de Oliveira – CEPEDS
937 Miguel da Costa Accioly – UFBA.
938 Osvaldina Rocha dos Santos – Associação Flora Brasil
939 Rafaela Santana da Silva – FETAG
940 Renato Paes da Cunha – ADES
941 Romeu de Figueiredo Temporal – SEPLAN
942 Sergio de Almeida Bastos – COFIC
943 Valdir Alves de Assis – CTB-BA
944 Wilson Andrade – ABAF

M. Mascarenhas